DESCOMPASSOS E POSSIBILIDADES DA CORRESPONSABILIDADE FAMÍLIA-ESCOLA NA ALFABETIZAÇÃO: O DIREITO À EDUCAÇÃO VIABILIZADO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO E LEI Nº 15.326/2026

Jaíne Dantas de Olieveira[1]
Isabela Luing de Andrade Santos[2]

RESUMO

A presente pesquisa propõe um estudo acerca da relação entre familia e escola em consononcia com a Lei nº 15.326, sob a ótica do desenvolvimento integral da criaça na educação infantil. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em revisão bibliografica. O estudo apresenta um panorama com teóricos que discutem desda concepção da infancia a como a nova lei nº 15.326/26 veio a entrar em vigor. A partir da assimilação das diferentes perspectivas teoricas, o estudo deixa percepetivel que o aconpanhamento familiar no processo formativo da criança tem um papel fundamental para que esse processo ocorra de maneira efetiva. O estudo tambem destaca o papel da escola com iniciativas pedagogicas que incentivam o dialogo. Assim indentificando o quão primordial essa relação é, como tambem, o desempenho de novas lei para garantia de uma educação bem embasada. Portanto, para se alcançar uma educação de qualidade, necessita-se da manutenção das ligações entre família-escola e políticas publicas em consonancia.

Palavras chaves: Família-Escola. Educação Infantil. Politicas Públicas.

INTRODUÇÃO

O título e tema deste texto pretendem situar uma discussão acerca das ausências familiares durante o percurso da alfabetização na perspectiva da educação infantil, em face da nova legislação n° 15.326/26. Dentro desse aspecto, o assunto proposto emerge em resposta a inquietações por parte da pesquisadora acerca de carências de debates e desenvolvimento de estudos que norteiam as reais lacunas presentes na desvinculação entre família e escola. Situando uma perspectiva contemporânea. Tais inquietações originam-se no processo formativo da pesquisadora, cuja trajetória é marcada pelas vivências enquanto discente no ensino público em contrapondo as realidades presenciadas em experiências na docência em redes de ensino particular. Vivências essas que evidenciam ainda mais, a diferença entre um discente que recebe suporte familiar e o que não recebe.

Nesse contexto, presente estudo tem por objetivo geral: Analisar a corresponsabilidade família-escola na alfabetização sob a ótica da Lei nº 15.326/2026, identificando desafios e possibilidades para a garantia do direito à educação na educação infantil. Como objetivos específicos, busca-se discutir a importância da relação família-escola na interdependência dos processos de alfabetização e letramento, considerando os aspectos socioculturais e

[1] Graduanda em Licenciatura no curso de Pedagogia pela Faculdade Santíssimo Sacramento, Alagoinhas/Bahia, e-mail: jaineoliveira12220221@soumaissantissimo.com.br
[2] Orientadora. Mestra em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Alagoinhas. Professora da Faculdade Santíssimo Sacramento, Alagoinhas. E-mail: luingisabela@gmail.com

institucionais envolvidos; compreender a evolução do direito à educação na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal e na LDB, destacando as novas diretrizes de valorização do magistério e os princípios pedagógicos introduzidos pela Lei nº 15.326/2026; e investigar caminhos fundamentados na gestão democrática para transformar a corresponsabilidade entre família e escola em uma prática contínua, visando assegurar plenamente o direito à alfabetização na educação infantil.

Uma vez que, tem-se uma construção sócio-histórica dentro do sistema educacional público, torna-se ainda mais contundente a fomentação do tema, por ser uma problemática que incorporou a realidade da pesquisadora. Martins (2015) reforça que "quanto maior for a parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente". (MARTINS, 2015, p. 10). Essa necessidade colocada por Martins (2015), ressalta justamente esse fundamento de troca entre família-escola, dando espaço para reflexões críticas de como deve ocorrer essa troca.

Por isso, discute-se bastante sobre como a família tem se distanciado do processo formativo do discente, em decorrência da nova realidade social. Porém, dentro desse contexto, "transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação" (Caetano, 2004, p. 58). Partindo desse pressuposto, estudar em um ensino fragilizado, e posteriormente fazer parte do corpo docente da instituição privada, modifica a forma como um indivíduo enxerga a educação.

Evidentemente, cabe à família e à escola alinhar métodos, visto que ambas "compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade" (Reali e Tancredi, 2005, p.240). Dentro do ambiente privado, é possível perceber maior preparação, assistencialismo e cooperações entre família-escola, para com a construção dos saberes desenvolvidos, todavia no sistema público percebe-se a ineficiência de diversos agentes que simultaneamente sustentam ainda mais desigualdades já preestabelecidas.

Logo, discutir alfabetização na Educação Infantil exige compreender que esse processo não se limita à aquisição mecânica da leitura e da escrita, mas envolve dimensões sociais, afetivas, culturais e políticas que atravessam a formação da criança. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) defende que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua



própria produção ou construção. Essa perspectiva reforça que a alfabetização deve ser compreendida como prática emancipatória, em que a criança passa a ler não apenas as palavras, mas também o mundo que a cerca.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e com abordagem descritiva, uma vez que busca compreender a relação entre família e escola no processo de alfabetização na Educação Infantil, considerando os aspectos sociais, institucionais e pedagógicos que atravessam essa dinâmica. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se no levantamento, análise e interpretação de produções já publicadas, como livros, artigos científicos, legislações, dissertações e demais documentos que contribuem para a construção teórica do estudo.

Conforme Silva e Silva (2007), a pesquisa qualitativa não possui caráter mensurável, tendo como principal fundamento a interpretação dos fenômenos, a atribuição de significados, bem como a observação e análise das relações estabelecidas no campo investigado. Nessa perspectiva, o foco não está na quantificação dos dados, mas na compreensão aprofundada das experiências, comportamentos e realidades observadas, especialmente no contexto educacional.

Para Alves-Mazzotti (2001), essa é justamente a principal característica da pesquisa qualitativa, pois sua ênfase recai sobre a compreensão das intenções e dos significados presentes nos atos humanos, permitindo uma análise mais sensível e contextualizada das práticas sociais. No âmbito da educação, essa abordagem possibilita investigar não apenas os resultados objetivos da aprendizagem, mas também os fatores subjetivos que influenciam o processo formativo das crianças e a relação entre os sujeitos envolvidos.

A função da pesquisa acadêmica, nesse sentido, consiste em alicerçar saberes e produzir reflexões que ultrapassam a simples reprodução teórica. Pesquisar significa problematizar a realidade, compreender seus atravessamentos e buscar possibilidades de transformação social. Como afirma Maria Cecília de Souza Minayo (2010):

> "Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São fruto de determinadas inserções na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos" (MINAYO, 2010, p. 16).



Dessa forma, compreende-se que a pesquisa científica não se limita à produção teórica, mas constitui um instrumento fundamental para a análise e compreensão dos fenômenos sociais e educacionais. Assim, a investigação sobre a interdependência entre família e escola na Educação Infantil emerge da necessidade de compreender como essa vinculação interfere no desenvolvimento integral da criança, especialmente diante das transformações legais introduzidas pela Lei nº 15.326/2026 e das exigências da pedagogia contemporânea. A pesquisa bibliográfica, portanto, permite analisar criticamente os fundamentos teóricos e legais que sustentam essa discussão, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e efetivas no processo de alfabetização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e conclusão, razão pela qual ainda não é possível apresentar resultados definitivos acerca da investigação proposta. Entretanto, o percurso já realizado tem possibilitado importantes reflexões teóricas sobre a corresponsabilidade entre família e escola no processo de alfabetização na Educação Infantil, especialmente diante das discussões promovidas pela Lei nº 15.326/2026. O aprofundamento bibliográfico vem evidenciando que a temática ultrapassa a dimensão pedagógica e alcança aspectos sociais, históricos e institucionais que interferem diretamente na garantia do direito à educação.

Durante o processo de construção da pesquisa, observa-se que a relação entre família e escola permanece como um dos principais desafios enfrentados no contexto educacional contemporâneo. As leituras realizadas apontam que, embora exista um discurso recorrente sobre a importância dessa parceria, ainda há fragilidades significativas na efetivação dessa corresponsabilidade, sobretudo no ensino público. Questões como desigualdade social, ausência de políticas de acompanhamento familiar, precarização do trabalho docente e a própria desinformação sobre os papéis de cada instituição tornam esse vínculo mais complexo e, muitas vezes, fragilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, esta pesquisa evidencia que a alfabetização na Educação Infantil não pode continuar sendo tratada como uma responsabilidade isolada da escola, tampouco ser transferida



de forma simplista para a família, como frequentemente ocorre nos discursos institucionais. A fragilidade dessa relação revela problemas estruturais mais profundos, ligados às desigualdades sociais, à precarização do ensino público e à ausência de políticas efetivas que promovam uma verdadeira integração entre família e escola. A Lei nº 15.326/2026 surge nesse cenário como um importante marco legal, porém sua efetivação depende de ações concretas que ultrapassem o campo normativo e alcancem a realidade cotidiana das instituições escolares, especialmente aquelas inseridas em contextos de maior vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZOTTI, A. J. O *Método nas Ciências Sociais.* In: ALVES-MAZOTTI, A. J.;

GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. P. 109-188.
BRASIL. *Acordo Nacional de Educação para Todos*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994.

BRASIL. Lei 8069, 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026. *Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério.* Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

CAETANO, L. M. (2004). *Relação escola e família: uma proposta De parceria*. Dialógica, 1 (1), 51-60.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, Daniele Comin. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e a política de atendimento a partir de uma perspectiva sócio-jurídica.* Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 4, n. 1, 2004. P. 67. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/71

MARTINS, Jane Soares. *Família e Escola*. Disponível em: <http://www.planeta Educação.com.br./portal/imagens/artigos/educaçãotecnologia/artigo-famíliaescolapdf>.Acesso em: 11 abril. 2026.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria método e criatividade.* 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

SILVA, Renata. SILVA, Everaldo da. *Apostila da disciplina Metodologia Científica 1: elaboração de relatório de estágio.* Blumenau – SC: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2007.